

# Algumas Considerações Sobre o Exercício Ético da Liberdade em Face do Capitalismo Globalizado.

*Euclides André Mance*

*Instituto de Filosofia da Libertação*

05/01/1998

## Introdução

---

Desenvolvemos neste texto uma reflexão sobre o atual modelo capitalista de globalização, que tem no neoliberalismo sua expressão política e sua incompatibilidade com o exercício ético da liberdade. Buscamos evidenciar como tal modelo contribui para a fragilização e obliteração do exercício das liberdades pública e privada da maioria da população mundial, enfraquecendo a democracia que vai sendo subsumida sob os parâmetros do *regime globalitário*. Inicialmente explicitamos os traços estruturais desta fase de globalização do capitalismo. Em seguida apresentamos suas características principais e conseqüências mais importantes para os países do Terceiro Mundo. Em seguida consideramos como esse modelo cerceia profundamente as liberdades, convertendo-se em uma nova forma de autoritarismo. Destacamos, posteriormente, as condições fundamentais para o exercício da liberdade, enfatizando sua dimensão ética. Destacamos, então, que alguns elementos básicos ao exercício da liberdade pública e privada estão sendo negados no mundo todo sob o capitalismo atual, citando dados da ONU e OIT. Analisamos, por fim, a presença de uma ética emergente nas lutas dos movimentos sociais-populares por cidadania, que se realizam com vistas a garantir as mediações necessários para a o mais amplo exercício possível da liberdade por toda pessoa de modo dignamente humano.

## 1. A Globalização como Configuração Atual do Capitalismo

---

Marx em suas análises sobre o capitalismo no século XIX já o considerava em sua dimensão de globalidade. Contemporaneamente, entretanto, assistimos a ocorrência de fenômenos econômicos, políticos e sociais inusitados que nos levam a considerar que o capitalismo globalizado entrou em uma nova etapa.

Na primeira metade de nosso século, assistiu-se à emergência do capitalismo monopolista. Didaticamente escreve Laurence Harris que “com a passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, o método dominante de produção também se modifica: a produção da mais-valia absoluta dá lugar à extração da mais-valia relativa, que se torna a mola propulsora da acumulação quando a maquinaria domina o processo de trabalho, caracterizando-se aquilo que Marx chamou de submissão ou sujeição real do trabalho ao capital. E, com a produção mecanizada do capital monopolista, a produção se torna ainda mais altamente socializada que na etapa anterior: o trabalho produtivo chega a tomar a forma de trabalhador coletivo, uma força de trabalho integrada toma o lugar dos trabalhadores artesanais individualizados.”<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> HARRIS, Laurence in BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1988, p. 285

Ora, tanto a revolução tecnológica atual que envolve a robótica, a informática a biotecnologia, a tecnologia dos materiais e a sofisticação dos aparelhos orientadores da opinião pública e agenciadores de comportamentos, quanto a organização dos mega-conglomerados e dos mega-mercados, bem como o super-desenvolvimento dos capitais especulativos e dos signos como mercadorias - de softwares a logomarcas ou códigos genéticos sob *copyright* - trazem uma série de novas determinantes à compreensão do capitalismo que não tem mais como serem tratadas com as categorias adequadas à explicação do capitalismo monopolista. Nesta passagem do capitalismo monopolista ao capitalismo globalizado também se verifica uma modificação no método dominante de produção. Ainda de modo embrionário percebe-se que a produção da mais-valia relativa vai sendo dialeticamente superada em fenômenos de geração de mais-valia virtual - sejam capitais voláteis que se deslocam por todos os campos, multiplicando-se em fenômenos especulativos de toda ordem envolvendo ações, imóveis, obras de arte, direitos de cópia de signos, quanto pela reprodução de bens intangíveis<sup>2</sup> - que se torna a mola propulsora da acumulação quando a informática e a robótica dominam o processo de trabalho, reduzindo consideravelmente o volume de mão de obra ocupada diretamente nos processos reprodutivos de objetos sígnicos como *softwares*, *cd's*, *objetos multi-midia*, *etc* --

---

<sup>2</sup> A forma de exploração do trabalho sob o capitalismo recebeu classicamente o nome de extração de mais-valia, extração do valor a mais que resulta da diferença entre o valor do produto final e o valor do capital empregado no processo produtivo. Como somente o trabalho produz valor real, esse excedente é um valor produzido pelos trabalhadores; contudo, ele é apropriado pelo capitalista, que detém o controle do capital empregado no processo produtivo. O cálculo, em geral, da taxa de mais-valia resulta da equação que tem por dividendo o montante deste excedente produzido e por divisor o capital dispendido no pagamento do trabalho. Na atual economia observa-se que as várias formas de extração de mais-valia (absoluta, relativa e virtual) podem coexistir. Verifica-se a extração de mais-valia relativa em razão da redução do tempo de trabalho necessário para produzir o mesmo volume de valor - pelo emprego das novas tecnologias -, bem como pela redução do valor gasto em força de trabalho, com a dispensa de empregados. A extração de mais-valia absoluta é perceptível com a jornada mais intensiva ou extensiva de trabalho, aumentando o valor total produzido por cada trabalhador, não alterando o montante de trabalho necessário. Por fim observa-se a extração de mais-valia virtual pela reprodução virtual de produtos finais intangíveis - como softwares, por exemplo, que são conhecimentos criativamente digitalizados em linguagens binárias de programação, ou ainda, certas informações ordenadas significativamente pelo trabalho intelectual humano. Ora, como o processo produtivo se conclui no consumo final do produto, no caso da indústria de software o montante do excedente produzido está diretamente ligado à quantidade de cópias reproduzidas e vendidas, o que depende diretamente, por sua vez, do valor de uso do produto comparado a outros. O que importa destacar é que o volume do capital acumulado por mediação desse mecanismo de extração de mais-valia virtual cresce a cada ano e que ele resulta, em sua base, da exploração do trabalho intelectual humano. Apenas como exemplo, analisemos o fato de que o *Windows 95* vendeu 45,8 milhão de cópias até dezembro de 1996, cujos usuários foram registrados pela Microsoft. O produto que se vende é o programa que é resultado do trabalho intelectual de uma grande equipe que o produziu, uma única vez, como um valor de uso. Não há necessidade do mesmo volume de tempo e de trabalho intelectual para reproduzir uma segunda cópia. Qualquer pessoa, clicando um mouse, pode fazer novas cópias daquele programa. Assim, toda a mais-valia arrecadada com as 45,8 milhão de reproduções do programa se deve ao trabalho originário de sua produção. Virtualmente, entretanto, esta mais-valia pode continuar se avolumando enquanto outro produto com similar valor de uso não se sobrepuser a este, que continuará, assim, sendo multiplicado e comercializado. Concretamente, a reprodução do disquete também supõe algum trabalho que possibilita comercializar, sob essa forma, o programa que já existia. Sobre esse trabalho, também pode ocorrer exploração. Contudo, com o aprimoramento das infovias, a tendência é de que este trabalho de reproduzir o programa se resuma à atividade exercida pelo próprio usuário ao fazer um *download* do arquivo que deseja adquirir, após ter realizado um pagamento digital pela cópia.

possibilitando que o simples acionamento de um software produza milhões de cópias de si mesmo<sup>3</sup>.

Com a produção robotizada e informatizada sob os movimentos do capital globalizado, a produção se torna virtualmente ainda mais socializada que na fase anterior - no sentido que possui uma cadeia com etapas mais diversificadas e complexas, embora os sujeitos dessas etapas não estejam todos juntos em uma linha de montagem em um mesmo local<sup>4</sup>. Por outro lado, o trabalho fácil de multiplicar, ilegalmente, informações gera movimentos de socialização destes produtos com as cópias piratas de *softwares*, audiocassetes, videocassetes, etc. que circulam em mercados proibidos de uma economia informal que movimentam bilhões de dólares. Há que considerar-se, também, que a polivalência do trabalhador em ambientes de tecnologia flexível exige uma socialização dos conhecimentos indispensáveis ao funcionamento de várias etapas do processo produtivo e não somente o desenvolvimento de uma especialidade, embora a qualificação específica de alguns trabalhadores em algumas áreas estratégicas seja o diferencial na vitória de algumas empresas sobre as suas concorrentes.

---

<sup>3</sup> Um significativo exemplo disso ocorreu no final de agosto de 1996, na disputa entre Microsoft e Netscape que produzem *browsers* necessários à navegação na Internet. A Netscape que contava na época com algumas centenas de empregados diretos e US\$ 81 milhões em vendas, é proprietária do *Netscape Navigator* - o programa mais utilizado para navegar na rede. A Microsoft temendo o crescimento da concorrente - que pretende produzir um sistema que possa substituir o Windows possibilitando a captura de informações na Internet, em redes corporativas e até em computadores pessoais - iniciou em dezembro de 1995 a produção de um potente *browser* que seduzisse os usuários da Internet a abandonarem o Netscape Navigator. E aqui chegamos ao ponto chave. Em agosto de 96 a Microsoft lançou a terceira versão de seu *browser* o *Explorer 3.0*, e o distribuiu gratuitamente através da rede. Somente na primeira semana um milhão de usuários - espalhados por todo planeta, mas conectados à rede - copiaram o programa, isto é, fizeram o seu *download*. Traduzindo isso em uma linguagem industrial, foram produzidas um milhão de ferramentas com valor de uso e troca gratuitamente, que foram distribuídas através do planeta inteiro, com o simples clique de um mouse. Ao mesmo tempo em que o produto da Microsoft era distribuído de graça - aos milhões - pela rede, as ações da Netscape, empresa concorrente, caíram à metade do valor que possuíam em dezembro de 1995, ao passo que as ações da Microsoft batiam recordes. Duas semanas depois do lançamento do novo produto, Jim Clark - o fundador da Netscape - anunciou o lançamento próximo de um novo software chamado *Navio*, que poderá estar em tudo o que tenha um monitor e uma placa *modem* - possibilitando utilizar a Internet como uma espécie de TV e revolucionar a estrutura dos computadores que funcionarão conectados à rede e sem possuir, não necessariamente, um disco rígido, além de possibilitar video-games on line e aparelhos celulares para navegar no Web. A iniciativa simbólica de mostrar força impediu uma queda maior das ações. Estes fenômenos de capital virtual necessitam de uma nova economia política para serem compreendidos adequadamente.

<sup>4</sup> Quantas pessoas escreveram as linhas de código deste editor de textos que uso para elaborar este trabalho sobre a liberdade em tempos de globalização? E quantos outros escreveram as linhas de código do ambiente em que este editor pode operar? Trata-se do mesmo produto transformado por milhares de pessoas - se considerarmos todos os que tiveram acesso à versão preliminar, para testes e observações, que foram devolvidas à empresa com a finalidade de aprimorar o produto final - como ferramenta de um outro produto, o presente texto, e que o determina como tal. Pode-se argumentar que as especializações nas linhas de montagem tendam a diminuir e menos pessoas produzam muito mais. Mas cada diminuição de função nesta rede, supõe uma outra cadeia que a possibilita. O problema é que o produto desta outra cadeia, realizado pela primeira vez, dela não depende mais em sua reprodução, bastando um simples clique para que o software se reproduza incontavelmente.

Outro principal aspecto essencial dessa nova fase do capitalismo é que ele se tornou definitivamente um sistema produtor não apenas de mercadorias, mas também de subjetividades - modelizando semioticamente desejos, afetos, necessidades, padrões estéticos, éticos e políticos, intervindo diretamente no inconsciente das pessoas com a finalidade de reproduzir seus próprios ciclos. Como uma das mediações recorridas para tanto, distribui gratuitamente novos produtos - que são as peças publicitárias - que devem ser consumidas, induzindo tanto ao consumo de outras peças não-publicitárias que trazem virtualmente satisfação ao sujeito que as consome ou as frui, quanto agenciando outras formas de comportamento. Assim para compreender-se corretamente o giro do capital, nesta etapa de capitalismo globalizado, há que considerar-se: a) tanto o capital investido no processo produtivo da mercadoria - o que exige, além da consideração clássica dos gastos em capital constante (matérias-primas e instrumentos de trabalho) e capital variável (a força de trabalho), destacar também os dispêndios na geração de novas tecnologias, que supõem necessariamente pesquisas científicas e produção de novos saberes; b) como também o capital investido na produção de signos - publicidade via mídia - que modelizem a subjetividade dos consumidores à aquisição de certos signos e a não-aquisição de outros, deste ou daquele produto que os suportem -- isto é, trata-se também de considerar o capital investido na criação de imaginários e realidades virtuais em que se mediatizam o movimento de consumo e a disputa por mercados.

Neste capitalismo globalizado, estamos frente a um aparente paradoxo. Se a fantástica terceira revolução tecnológica ampliou espetacularmente a produtividade, se é maior a produção de riqueza, porque juntamente com os indicadores de crescimento econômico também aumenta o número de pobres enquanto a riqueza se concentra cada vez mais nas mãos de uma parcela cada vez menor? A resposta é elementar: o capital precisa, cada vez menos, de trabalho-vivo para produzir cada vez mais capital.

O poder do conhecimento em aumentar a produtividade, inovando nas tecnologias, gerou a situação em que dá mais lucro ao capital explorar menos trabalho-vivo, isto é, manter menos trabalhadores empregados. Este fenômeno que Marx supôs nos *Grundrisse* em 1857 - mas não desenvolveu em *O Capital* porque não pretendia falar do futuro, mas apenas explicar cientificamente a economia de sua época - descrevendo-o como *Disposable Time* ou *Nicht-Arbeitszeit*<sup>5</sup>, isto é, como o tempo disponível ou tempo de não-trabalho que o capital não pode mais empregar produtivamente de modo competitivo porque a ciência se tornou a grande fonte produtora da riqueza abaixando o tempo médio de trabalho necessário à produção das mercadorias, sendo a incorporação da tecnologia o diferencial entre a vida e a morte da empresa capitalista na competição do livre-mercado, é o que assistimos hoje. Se uma empresa não investe em pesquisa e desenvolvimento, não inova nas tecnologias - que indiretamente provocam uma redução dos trabalhadores por ela empregados - ela perde a concorrência, sendo derrotada pela empresa maior que a incorpora, dominando maior mercado e desativando unidades produtivas, porque a alta produtividade das unidades tecnologicamente mais avançadas que permanecem é capaz de abastecer todo o mercado consumidor existente que era anteriormente atendido pelas unidades agora desativadas.

Como o grande capital tem mais recursos para investir em tecnologia que os pequenos e médios empresários, todos sabem qual é o final do jogo sob uma economia neoliberal desregulamentada: a concentração maior da riqueza com uma exclusão cada vez

---

<sup>5</sup> Veja-se Karl MARX. *Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857-1858*. México D.F. Editora Siglo Veintiuno, 1972. Vol. 2 (Caderno VII), p. 231-232

maior de trabalhadores - têm-se o horror econômico, como descreve Viviane Forrester<sup>6</sup>. Nesta sociedade que equivocadamente apoia os ajustes neoliberais em nome da liberdade que tal projeto efetivamente aniquila para as maiorias, alguns senhores que dominam a riqueza no mundo podem realizar exóticos “gestos de caridade”, como o do mega-especulador George Soros que pode se dar ao luxo de fazer uma doação de US\$ 500 milhões de dólares à Rússia - sendo que a ex-URSS detinha 4 milhões de pobres em 1987 e agora possui, além de uma economia de livre-mercado, cerca de 120 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza absoluta conforme um dos últimos relatórios da ONU.

Não se trata de uma crise econômica temporária em que a expansão da nova onda tecnológica, em especial da *Tecnologia da Informação*, trará alguma solução disseminando meios de produção virtuais - como softwares - a preços baixos por todo o mundo. A disseminação da informatização em todos os setores da economia, mesmo o setor terciário ou de serviços, tem provocado desemprego na grande maioria dos países. O número de postos de trabalho criados por essa tecnologia é muito inferior ao número de postos que ela faz desaparecer. Trata-se, isto sim, de uma nova configuração do capitalismo, que dependerá cada vez menos do trabalho vivo para ampliar-se e que, por isso, distribuirá cada vez menos recurso na forma de salário, significando que a concentração de capital será cada vez maior no mundo.

## **2. Algumas Características da Globalização**

O atual movimento de globalização decorre de uma reconfiguração do domínio dos capitais na atual ordem mundial. Para além da atual revolução tecnológica, assiste-se a um movimento de concentração e internacionalização do capital, de regionalização do mundo em blocos econômicos, de mudanças na cadeia produtiva, de substituição de matérias primas, de reestruturação e racionalização empresarial, da produção de subjetividades, baseando-se a economia, cada vez mais, na produção de conhecimento.

Com estas transformações, acompanhadas de taxas elevadas de urbanização e degradação ambiental, vem aumentando assustadoramente a pobreza entre a maior parcela da população do mundo, com o drama do desemprego e do emprego precário, com países soterrados sob o peso das dívidas externas e internas, enquanto uma pequena parcela de cidadãos deste mundo globalizado enriquece vertiginosamente.

Estas modificações econômicas são organizadas e mantidas sob um projeto político hegemônico, o neoliberalismo, que se realiza como uma espécie de modernização conservadora. Sob a nova geopolítica internacional, com o final da guerra fria, o conflito leste-oeste se converte no conflito Norte-Sul, no conflito entre ricos e empobrecidos.

Alguns estudos destacam as principais conseqüências desse modelo de globalização para os países do Terceiro Mundo<sup>7</sup>:

<sup>6</sup> Veja-se Viviane FORRESTER. *O Horror Econômico*. São Paulo, Editora UNESP, 1997.

<sup>7</sup> No artigo “Globalização e Caminhos Alternativos para o Brasil”, por exemplo, Fernando Alcoforado, afirma ser inaceitável o atual modelo proposto para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil nesta era de globalização e considera quais seriam suas principais conseqüências para o país. A alternativa segundo o autor, entretanto, é apenas uma variação do modelo capitalista. ALCOFORADO, Fernando. *Globalização e Caminhos Alternativos para o Brasil*. *Folha de São Paulo*, 21/08/96 p. 2-2

1) Incorporação de empresas de capital nacional por empresas transnacionais em razão de não suportarem a concorrência, trazendo por consequência a rápida desativação de várias unidades produtivas em razão destes grupos transnacionais produzirem sob novos procedimentos organizativos e com tecnologias mais avançadas;

2) Subalternização de empresas de capital nacional que são contratadas de modo terceirizado pelas grandes empresas transnacionais que se instalam nos países periféricos e que, tendo uma estratégia mundial de crescimento, podem desativar grandes unidades a qualquer momento, deslocando-as para outras regiões, deixando, assim, as empresas locais terceirizadas à sua própria sorte, provocando graves consequências econômico-sociais.

3) Com a depreciação do valor das matérias-primas em razão de inovações no setor de tecnologia dos materiais e de engenharia genética, que possibilitam a substituição de inúmeros tipos destas matérias ou a sua produção alternativa, ficam prejudicadas as economias dos países que tem na exportação de matérias-primas sua principal fonte de divisas;

4) Pressão de déficits na balança comercial em razão de importação de tecnologias para a modernização do parque produtivo, bem como pela da degradação do valor dos produtos de exportação e, ainda, em razão dos instrumentos de âncora cambial adotados com a finalidade de manter estabilidade monetária e de não afastar capitais estrangeiros que atuam nos mercados de títulos públicos;

5) Dependência de tecnologias de ponta, especialmente da tecnologia da informação, ocorrendo significativas queimas de capital para importá-las; contudo, a sua rápida obsolescência exige repetidas importações sucessivas de bens tangíveis e intangíveis mais avançados, o que leva a fabulosa sangria de capitais, sem nunca atingir um grau de modernização de ponta nestes setores frente aos países de capitalismo avançado;

6) As economias ficam dependentes dos fluxos de capital internacional, sobre os quais não têm autonomia; os fluxos de capitais voláteis, fictícios ou virtuais especulativos geram um clima de aparente estabilidade econômica que nada tem duradoura, podendo gerar fortes crises ao sinal seguro de alterações no câmbio ou na taxa de juros que lhes reduza a rentabilidade;

7) Enfraquecimento do controle das economias nacionais pelos governos federais, em razão da internacionalização das finanças, bem como, pela acentuada penetração de capitais internacionais;

8) Submetimento a variadas oscilações econômicas em razão da interdependência dos países nos blocos econômicos que integram, ocorrendo pressões sobre determinados segmentos econômicos nacionais que ficam prejudicados por esses acordos;

9) Acirramento dos desequilíbrios econômicos regionais, em razão das vantagens econômicas e competitivas existentes em certas regiões dos países ou blocos que possuem maiores economias de aglomeração, melhores condições de infra-estrutura e maior facilidade de integração regional dentro dos mega-mercados;

10) Surgimento de *ilhas de prosperidade*, isto é, algumas regiões em que o desenvolvimento econômico se acentua por nelas se investirem somas significativas de capital em atividades produtivas modernizadas que alavancam o crescimento local;

11) Inchamento de cidades para onde os pobres se deslocam em movimentos migratórios em busca de melhorias, pressionando o surgimento de grandes metrópoles e megalópoles;

12) Ampliação do montante das dívidas externa e interna em razão de empréstimos feitos para equilibrar pagamentos e rolagem de títulos;

13) Transferência para o exterior de poder sobre importantes decisões econômicas que envolvem investimentos e produção em amplos segmentos econômicos, principalmente os setores mais modernos, que ficam desnacionalizados em razão dos processos de privatizações;

14) Perda da soberania da nação em razão de sua subordinação não apenas às regras da OMC, em que os países de capitalismo avançado hegemonomizam, mas especialmente às decisões das empresas industriais e financeiras multinacionais, bem como, aos interesses dos blocos econômicos dos quais o país faça parte;

15) Exclusão social de significativa parcela da população das diversas regiões dos países que não participam dos resultados do progresso econômico e social que nas *ilhas de prosperidade*.

16) Desemprego em massa, como resultado do processo de modernização dos setores produtivos que se realiza com a finalidade de ampliar os níveis de produtividade e competitividade das empresas nos mercados interno e externo, introduzindo novas tecnologias e sistemas de gerenciamento.

17) Ampliação da informalidade e de práticas econômicas consideradas contravenção, como contrabando, pirataria, narcotráfico, prostituição, etc.

18) Retorno de doenças infecto-contagiosas que já haviam sido controladas, por falta de investimentos públicos em saúde e infra-estrutura - água, esgoto, vacinação, etc.

19) Pressões de devastação ambiental, sendo o meio ambiente degradado para promover alguma melhora imediata à vida das pessoas excluídas dos processos produtivos e da assistência por políticas públicas;

20) Decomposição do tecido social ampliando-se as desigualdades sociais na distribuição de renda, no acesso à informação qualitativamente relevante e na competência de interpretá-la, etc;

21) Agravamento dos indicadores da qualidade de vida;

22) Aumento da violência e criminalidade, em razão das tensões sociais provocadas pela exclusão econômica de significativas parcelas da população com necessidades elementares insatisfeitas e que concomitantemente são agenciadas pelas mídias a participarem de processos modelizados de consumo;

23) Ameaça de convulsões sociais com desdobramentos político-institucionais que podem afetar os regimes democráticos liberais: saques, revoltas contra a ausência de políticas públicas, contra a falta de empregos, etc, podendo haver a ascensão de movimentos fascistas que capitalizem tais insatisfações;

24) Perda nacional de referenciais culturais identificadores, em razão de fenômenos transnacionais de produção de subjetividade em que operam, especialmente, as mídias eletrônicas veiculando mensagens em tempo real pelo mundo todo, e em razão da publicidade que produz imaginários em torno de uma certa configuração de sociedade de consumo;

25) Tendência dos regimes políticos tornarem-se mais globalitários.

### **3. Os Regimes Políticos Globalitários**

A globalização - os movimentos econômicos planetários descritos anteriormente - tem capturado em sua espira a mundialização - o fenômeno de interferência cultural entre os povos - e a planetarização - a interferência política entre países e coletividades a nível internacional. Assim tanto mentalidades, hábitos, estilos de comportamento, usos e costumes, quanto pressões sobre políticas governamentais e legislações são modelizados com a finalidade de reproduzir os ciclos do capital, sob - por exemplo - por ações publicitárias, seja por ações efetivamente produtivas ou reprodutivas.

Esta captura potencializada pelos atuais desenvolvimentos tecnológicos e de gerenciamentos introduz um vetor totalitário não mais em escala nacional, mas sim global, podendo ser denominado como *globalitário* - nas palavras de Paul Virílio, autor de “Cybermundo - a Política do Pior”. Como a mundialização e a planetarização são capturadas sob a lógica *globalitária*, a digitalização dos mecanismos culturais em larga escala, modelizados sob as semióticas do capital, pode transformar as infovias em mecanismos para um novo tipo de dominação, embora nelas também ocorram ações de resistência.

Não se trata de um imperialismo colonial, nem de um imperialismo político de estilo nazista ou fascista que levaram à Segunda Guerra Mundial. Argumenta Virílio que “com a globalização, o que existe é a possibilidade de um totalitarismo definitivo, um totalitarismo sem ‘exteriores’. Um totalitarismo global.” - para o qual Virílio propõe o termo *globalitário*<sup>8</sup>. Como escreve Fernando de Barros e Silva, “ao contrário do totalitarismo cujo sucesso se devia à repressão a toda forma de oposição ou liberdade de expressão, os ‘regimes globalitários’ incentivam ao máximo a parafernália democrática (eleições regulares, imprensa livre, instituições saudáveis, etc.), ao mesmo tempo em que a transformam num ritual vazio, sem qualquer efeito sobre o curso do mundo.”<sup>9</sup>

Conforme Ignacio Ramonet, diretor do jornal francês *Le Monde Diplomatique*, os regimes globalitários são um outro tipo de totalitarismo; eles “repousam sobre o dogma da globalização e do pensamento único e não admitem nenhuma outra política econômica, subordinam os direitos sociais do cidadão à razão competitiva, e abandonam aos mercados financeiros a direção total das atividades da sociedade dominada.”<sup>10</sup> Segundo Ramonet, esses regimes favoreceram nos últimos vinte anos “... a monetarização, a desregulamentação, o livre comércio, o livre fluxo dos capitais e as privatizações massivas. Os responsáveis políticos - continua o autor - têm permitido a transferência de

<sup>8</sup> “O sistema globalitário”. *Folha de São Paulo*, 09-02-97, pp. 5-9

<sup>9</sup> BARROS E SILVA, Fernando de. “Publicitários brincam de democracia na TV”. *Folha de São Paulo*, 2-03-97, Tvfólia, p.2

<sup>10</sup> “Regimes globalitários substituem regimes totalitários”. *Cepat Informa* 3(26):8 25fev97 Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores, Curitiba. PR.

decisões capitais em matéria de investimento, de emprego, de saúde, de educação, de cultura, de proteção do ambiente da esfera pública para a esfera privada. Isto explica - conclui o artigo - porque hoje, das duzentas maiores economias do mundo, mais da metade sejam multinacionais e não países.”<sup>11</sup> Destacando que as desigualdades econômicas acentuam-se na mesma proporção que a supremacia dos mercados aumenta, o referido artigo avança na defesa de tese de que “...a obrigação da revolta, o direito ao motim tornam-se imperativos da cidadania para recusar os inaceitáveis regimes globalitários. Será que não chegou o momento de exigir, em escala planetária, um novo contrato social ?” - questiona o diretor do jornal.

Frente ao modelo capitalista de globalização - que provoca a exclusão econômica e social das maiorias e a implementação de políticas sob uma nova forma de autoritarismo - há que se tomar uma clara posição de defesa do exercício ético das liberdades pública e privada, da realização da cidadania.

#### 4. Um Possível Significado para Ética e Liberdade

O objetivo da ética é preservar e promover as liberdades pública e privada de modo tal a possibilitar a maior realização possível das diversas singularidades humanas que não sejam contraditórias à própria promoção da liberdade.

A liberdade, entretanto, não é uma qualidade transcendental ou metafísica, ou uma mera idéia suposta como condição da responsabilidade individual pela ação moral. Pelo contrário, a liberdade é exercício histórico, concretamente situado em um contexto, em uma época, sob uma cultura, atravessada por relações de poder micro e macro-políticas.

Por ser de tal modo histórica, a liberdade supõe condições materiais, políticas, educativo-informacionais e também éticas para se realizar como manifestação de cidadania. Consideremos brevemente estas condições.

Sem *condições materiais* não há como se a realizar a liberdade. A liberdade para comer só existe quando há o alimento disponível para comer. Aquele que não dispõe de comida, não possui liberdade para comer. A liberdade para trabalhar supõe condições materiais que a possibilitem. Sem dispor de terra, um agricultor não é livre para produzir com seu próprio trabalho. Sem dispor de uma casa, um apartamento ou um abrigo, não existe a liberdade para morar dignamente como ser humano, mas a imposição de viver ao relento. Sem as mediações materiais para preservar a saúde não há a liberdade para preservar o corpo da dor, do sofrimento e da morte evitável.

Sem *condições políticas*, que assegurem a autonomia privada e pública, não há como preservar, promover ou realizar a liberdade dos indivíduos e da sociedade. Sem a possibilidade de participar, opinar, decidir e transformar as micropolíticas do cotidiano na vida privada e as macro-políticas - que envolvem inúmeras esferas de organização social - a liberdade fica mutilada, impedida de realizar-se de modo cidadão. O machismo, o racismo, a discriminação de índios e pobres e tantos outros preconceitos justificam ideologicamente micropolíticas autoritárias que negam a liberdade de mulheres, negros e demais segmentos discriminados. Também o tecnicismo, o economicismo e tantas outras ideologias que se desdobram de conceitos arcaicos sobre o valor epistemológico dos enunciados científicos contribuem para a negação da liberdade pública, negando o valor da participação popular na definição das macro-políticas governamentais nas diversas esferas.

<sup>11</sup> *Cepat Informa* 3(26):9 25fev97 Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores, Curitiba. PR.

Contudo, mesmo tendo as condições políticas e materiais para concretizar as nossas escolhas, se não dispusermos de *informações suficientes e de qualidade* para as nossas decisões ou não soubermos *como refletir adequadamente sobre as informações* de que dispomos, o exercício de nossa liberdade fica prejudicado. Portanto, sem a democratização da educação e da informação, a cidadania fica obliterada, pois embora pareça haver liberdade no ato de escolher, as escolhas acabam sendo induzidas por aqueles que selecionam e fornecem algumas informações e não outras - pois como nos ensinou Peirce, todo signo representa apenas parcialmente seu objeto dinâmico.

Por fim, sem a *condição ética*, o exercício da liberdade de alguns pode aniquilar a liberdade de muitos ou vice-versa. A moral e o direito que impõem certos padrões para o comportamento pessoal e social que negam às pessoas a realização de sua liberdade - de sua condição feminina, homossexual, negra, indígena, infantil, etc. - ou que reproduzem privações sociais - como a concentração das terras no Brasil, assegurada juridicamente, desde as Capitânicas Hereditárias ou desde a Lei das Terras de 1850 - obliteram a realização das liberdades públicas e privadas. Assim, a liberdade de uma pequena parcela acumular cada vez mais terra nega a liberdade de uma grande parcela poder morar dignamente ou poder produzir o seu próprio alimento com o seu próprio trabalho. Deste modo, a propriedade privada de tal riqueza, assegurada pelo direito, é o que provoca as privações desta maioria que está privada de realizar a sua liberdade mais elementar de morar ou trabalhar de modo dignamente humano na condição de agricultor. Pelo contrário a ética que preserva, promove ou realiza a liberdade se assenta no desejo do outro viver esta mesma liberdade e no imperativo de promovê-la desse modo. Assim, a liberdade privada não pode realizar-se aniquilando as condições de possibilidade da liberdade pública; e esta, por sua vez, deve respeitar qualquer livre exercício humano da liberdade privada, desde que esta não inviabilize outros exercícios de liberdade pública e privada eticamente orientados.

##### **5. A negação das liberdades públicas e privadas sob o capitalismo atual.**

O que vemos nas sociedades contemporâneas, por toda parte, entretanto, é a negação da liberdade pública e da liberdade privada das majorias em nome da liberdade privada dos que dispõem de capital. Tal negação é tanto maior quanto mais se aplica o neoliberalismo. Os países que o acolhem passam a implementar políticas que cerceiam o exercício ético da liberdade das majorias<sup>12</sup>. Esse totalitarismo global, esse Regime Globalitário, esvazia as instâncias políticas da autonomia pública, transformando o Estado em refém do capital financeiro e dos mega-conglomerados - como demonstram as recentes crises no México, Argentina, Tailândia e Hong Kong - tendo esta última repercutido no mundo todo.

Consideremos, neste quadro, entretanto, apenas duas liberdades fundamentais: comer e viver do próprio trabalho. Segundo o último estudo das Nações Unidas para o Desenvolvimento, aproximadamente 1,3 bilhões de pessoas no mundo todo vivem na pobreza absoluta, com menos de um dólar por dia, perfazendo 22,8% da população do planeta, sendo que o número de pobres cresce em torno de 25 milhões por ano<sup>13</sup>. Mas o volume da riqueza mundial é cada vez maior e mais concentrado, a tal ponto que, as 358 pessoas mais ricas do mundo em 1993 possuíam ativos que, segundo ONU, superavam a

<sup>12</sup> Veja-se Euclides André MANCE. "Quatro Teses Sobre o Neoliberalismo". *Revista Filosofazer*. Passo Fundo, IFIBE, Ano 6, Número 11, 1977, pp. 83-103

<sup>13</sup> *Folha de São Paulo*, 17-10-97, p.1-14

soma da renda anual de países em que residiam 2,3 bilhões de pessoas, isto é, 45% de toda a população do planeta<sup>14</sup>. Entre as 100 maiores economias do mundo, 50 são de mega-empresas.

Quanto ao desemprego, por sua vez, conforme documentos da OIT, este atingiu em 1994 cerca de 820 milhões de trabalhadores no mundo; isto é, aproximadamente 30% da força de trabalho mundial estava desempregada.<sup>15</sup> Nos últimos anos esse número continua crescendo em termos absolutos. Nos países em que ele diminuiu - como nos Estados Unidos - ocorreu uma forte degradação do poder de compra dos salários e uma precarização das relações de trabalho.

Este processo de negação das liberdades públicas e privadas da maioria da população que não detêm capital, ocorre, do mesmo modo, também no Brasil. Aproximadamente 32 milhões de brasileiros engrossam as estatísticas da pobreza no mundo. Entre estes, cerca de 500 mil crianças se prostituem em nosso país para sobreviver. Por outro lado, a parcela de 10% dos brasileiros mais ricos detêm 49,7% da renda nacional. No campo, 0,8% dos proprietários rurais com 1.000 ou mais hectares de terra detêm 45,8% das terras agricultáveis em nosso país, conforme dados do Censo Agrícola de 1985 - mantendo 75% dessa área ociosa - ao passo que 4,8 milhões de famílias não tem terra para trabalhar porque não podem comprar a terra e não conseguem reunir dinheiro para comprá-la porque não podem trabalhar na terra como agricultores que são. O desemprego no Brasil urbano também é cada vez maior, aumentando-se o número de atividades consideradas de economia informal nos últimos anos.

Ao par da pobreza e desemprego crescentes, a política de taxas de juros praticada no Brasil nos últimos quatro anos gerou uma dívida interna de mais de 150 bilhões de dólares, enriquecendo especuladores da mesma classe de George Soros, para os quais se destinam os recursos das privatizações do patrimônio público nacional. Também a arrecadação futura do país já está comprometida no pagamento desta dívida que, há algum tempo, ultrapassou a dívida externa, parecendo ambas impagáveis. Entretanto, as políticas sociais carecem de recursos.

## **6. Ética Emergente e Movimentos Sociais-Populares: Liberdade e Cidadania.**

Enfrentando, nos anos recentes, esse cerceamento cada vez maior do exercício da liberdade em nosso país, foram os movimentos sociais-populares (sem-terras, sem-tetos, mulheres, negros, portadores de deficiências físicas, estudantis, indígenas, homossexuais, ecológicos, de direitos humanos, por saúde, movimentos sindicais e muitos outros) que, lutando pelas condições materiais, políticas, educativas e informacionais para o exercício da liberdade pública e privada, promoveram um amplo debate sobre as exigências da ética na política, da ética na economia e da ética na cultura.

A *cidadania* foi definida como um eixo de lutas dos movimentos populares do Brasil na Plenária da Central de Movimentos Populares que se realizou em 1990 em Brasília. Quando o presidente Itamar recebeu da oposição política, posteriormente, um programa de segurança alimentar para enfrentar o drama dos excluídos e Herbert de Souza foi convidado a encabeçar a campanha contra a fome, a Central de Movimentos Populares argumentou que o combate a fome deveria ser um aspecto de uma campanha muito mais

<sup>14</sup> *Gazeta Mercantil*, 21 a 23-02-97, Leitura de Fim de Semana, p.1

<sup>15</sup> NEUTZLING, Inácio. *A Transformação Político-Econômica do Capitalismo no Final do Século XX*. CEPAT, Curitiba, 1995 p. 12

ampla voltada à realização da cidadania. O movimento, então, organizou-se sob o nome *Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria*, e posteriormente, na segunda etapa *Pelo Emprego*.

Para estes movimentos sociais-populares que entregaram ao atual governo um conjunto de medidas que poderiam ser adotadas para enfrentar os graves problemas sociais em nosso país, a realização da cidadania implica na superação de valores morais e dispositivos legais que renegam os seres humanos na sua dignidade e a garantia de condições materiais para moradia, trabalho, saúde, transporte, educação, lazer e informação que possibilitem às pessoas viverem com dignidade. Trata-se da afirmação de uma ética libertária, a partir da qual busca-se superar a moralidade dominante e o direito injusto e excludente. Infelizmente este apelo dos setores populares da sociedade civil para que as políticas públicas promovam a ética, que tem por objetivo a realização das liberdades pública e privada e não a manutenção de uma política que beneficia os especuladores financeiros e ao grande capital internacional, acabou negado pela resposta governamental pragmática de que, para estas atividades de geração de emprego e renda e de políticas sociais, o governo não tinha como liberar mais recursos.

Como afirmou Arturo Roig<sup>16</sup>, em “*La ‘dignidad humana’ y la ‘moral de la emergencia’ en América Latina*”, ao *por-se-para-si-como-valioso* o homem latino-americano passa a afirmar sua dignidade e seu direito a viver em liberdade. Em sua luta pela emancipação torna-se perceptível uma *ética emergente* como referência para a construção de uma sociedade nova em que não se repita as injustiças que lhe foram cometidas. Neste mesmo sentido, enfrentando atualmente o processo de exclusão social provocado pelo modelo capitalista de globalização, os movimentos sociais-populares afirmam uma nova cidadania - que envolve a vida pública e privada - como expressão maior de uma ética que não se contenta com menos que o exercício pleno da liberdade - para que cada pessoa possa desenvolver suas valiosas singularidades para a justa convivência coletiva.

## Conclusão

---

O capitalismo globalizado fragiliza, cada vez mais, o exercício das liberdades pública e privada da maioria da população mundial. Sob a lógica do acúmulo privado de capital, a democracia vai sendo enfraquecida e subsumida por um *regime globalitário*, gerenciado por uma elite mundial que decide onde, quando e sob quais condições investir seu capital - elite essa capaz de promover alterações nas hegemonias políticas e legislações nacionais ou modelizar semioticamente elementos culturais particulares em função de seus interesses globais através de processos de produção de subjetividades. Assim, sob o capitalismo globalizado, a garantia das condições para o exercício da liberdade - condições materiais, políticas, educativo-informacionais e éticas - fica prejudicada. Considerando o aumento da pobreza, do desemprego e da precarização das relações de trabalho, destacamos que elementos básicos ao exercício da liberdade pública e privada estão sendo negados, atualmente, no mundo todo.

A afirmação da ética que tem por objetivo a realização da liberdade - como explicitamos - é uma exigência frente a este processo de globalização capitalista. Resistindo a tal processo e suas conseqüências, uma parcela significativa dos movimentos

---

<sup>16</sup> Veja-se Arturo Roig “*La ‘dignidad humana’ y la ‘moral de la emergencia’ en América Latina*” em: SIDEKUM, Antonio. (org) *Ética do discurso e filosofia da libertação - modelos complementares*, Editora UNISINOS, 1994.

sociais-populares afirma, na prática de suas lutas, uma ética que aponta para a construção da cidadania como garantia das mediações necessárias para o mais amplo exercício possível da liberdade, por toda pessoa, de modo dignamente humano. Nos últimos anos tais lutas pela ética na política, na economia e na cultura são expressão de uma outra forma de conceber a organização da sociedade, em que a liberdade privada não pode negar a liberdade pública ou vice-versa, quando ambas se orientam eticamente. Trata-se, pois, da afirmação de uma sociedade em que ambas as liberdades se promovam reciprocamente para a realização, a mais plena possível, de todas as valiosas singularidades de cada ser humano, de cada cultura, de cada povo.